



CÂMARA MUNICIPAL

Município de Rio Bonito do Iguaçu

Estado do Paraná

6ª Legislatura

3ª Sessão Legislativa

20ª Sessão Ordinária

ATA Nº 025/2015 – SESSÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e nove dias do mês de junho do ano de dois mil e quinze às dezenove horas na sede da Câmara Municipal de Rio Bonito do Iguaçu, Estado do Paraná, sob a Presidência do Vereador Anderson de Oliveira o qual fez à verificação da presença dos Senhores Vereadores pela ordem: Anderson de Oliveira, Irineu Ferreira Camilo, João Laerte Bovino, Jucimar Périco, Nelço Bortoluzzi, Daizi Camello, Laertes Carador Moreira, Milton Rodrigues da Silva e Oséias de Oliveira. O Sr. Presidente verificando quórum legal, deu inicio aos trabalhos da hora do expediente convidando a Secretária ad-hoc Andréia Fabiana Niesciur para que proceda a leitura da ata anterior para sua devida apreciação. A seguir o Sr. Presidente passa para os trabalhos da hora do expediente. Deram entrada as seguintes matérias: Mensagem nº 21/2015 subscrita pelo Prefeito Municipal, Sr. Irio Onélio de Rosso encaminhando em Regime de Urgência o Projeto de Lei nº 019/2015 que Autoriza o Poder Executivo Municipal a Contratar Operações de Crédito com a Agência de Fomento do Paraná S.A. O referido projeto de lei foi aceito pela entrada, mas o Vereador Nelço Bortoluzzi indagou a necessidade de haver estudo do projeto, tendo em vista o conteúdo apresentado, propostas e os prazos que devem ser estudados com mais atenção. O Vereador Irineu F. Camilo justificou que não é contra o projeto, mas entendeu que há necessidade de estudar o referido, para tomar a decisão correta. O Vereador Daizi Camello entendeu que havendo o prazo de trinta dias para estudo do projeto o mesmo é favorável ao regime de urgência. O Vereador João L. Bovino disse que não é contra o projeto, mais que é necessário estudo para entender e tomar a melhor decisão. Diante das manifestações o Sr. Presidente colocou o referido projeto em votação

nominal. Votaram a favor do regime de urgência os Vereadores: Jucimar Périco, Milton R. da Silva, Laertes C. Moreira, Oséias de Oliveira e Daizi Camello. Votaram contra o regime de urgência os Vereadores: Irineu F. Camilo, Nelço Bortoluzzi e João L. Bovino. Diante do resultado, ficou aprovado pela maioria do plenário o regime de urgência. Encaminha-se para a Comissão de Legislação, Justiça e Redação para o parecer sobre sua legalidade e constitucionalidade. Requerimento nº 001/2015 subscrito pelos Vereadores Oséias de Oliveira, Milton Rodrigues da Silva, Jucimar Périco, Daizi Camello e Laertes Carador Moreira o qual requerem para que através deste Poder Legislativo Municipal seja feita a divulgação do inteiro teor no(s) meio(s) de comunicação escrito e falado do acordo autorizado por este Poder Legislativo Municipal por meio da Lei Municipal nº 1.105/2015 de 15 de junho de 2015 entre os Municípios de Rio Bonito do Iguaçu e Saudades do Iguaçu, que condiciona o repasse pelo Município de Saudade do Iguaçu de um percentual de 5% (cinco por cento) dos valores retidos em depósito judicial ao Município de Rio Bonito do Iguaçu. Caso o Senhor Presidente não divulgue, que seja autorizado os Vereadores a fazê-lo. Aceito pela entrada encaminha para discussão única e votação. Parecer nº 026/2015 subscrito pela Comissão de Legislação, Justiça e Redação favorável a tramitação do Projeto de Lei nº 018/2015. Aceito pela entrada anexa-se ao referido projeto de lei. Nada mais havendo na matéria de expediente, passa-se para matéria de discussão única e votação. Deu entrada a seguinte matéria: Requerimento nº 001/2015 subscrito pelos Vereadores Oséias de Oliveira, Milton Rodrigues da Silva, Jucimar Périco, Daizi Camello e Laertes Carador Moreira o qual requerem para que através deste Poder Legislativo Municipal seja feita a divulgação do inteiro teor no(s) meio(s) de comunicação escrito e falado do acordo autorizado por este Poder Legislativo Municipal por meio da Lei Municipal nº 1.105/2015 de 15 de junho de 2015 entre os Municípios de Rio Bonito do Iguaçu e Saudades do Iguaçu, que condiciona o repasse pelo Município de Saudade do Iguaçu de um percentual de 5% (cinco por cento) dos valores retidos em depósito judicial ao Município de Rio Bonito do Iguaçu. Caso o Senhor Presidente não divulgue, que seja autorizado os Vereadores a fazê-lo. O Vereador Laertes C. Moreira justificou que o pedido do requerimento se deu diante de comentários de nobres pares, onde souu que Vereadores da base haviam se vendido por dinheiro e que pesou nesta decisão. Frisou que está avaliando o conteúdo e provavelmente que entrará com queixa crime contra os referidos pares, sendo que existe até testemunha e que também tem funcionários da prefeitura envolvidos. Considerou que a política do município tem maldição, pois independente do prefeito que ganha cabe todos trabalharem pelo bem do município e não como aconteceu com os nobres pares onde a harmonia foi quebrada. Avaliou que tem vereadores que, por frente dizem uma coisa e por traz fazem outra e dessa forma no seu entendimento a política não pode ser tratada, pois o atual prefeito será o mesmo até o final de seu mandato e caberá julgar se ele foi ou não um bom prefeito é a população mais tarde, pois a forma que a oposição se comporta demonstra que cuida apenas de interesse próprio e não o do município. Complementou afirmando que uma das prioridades da verba em discussão, juntamente com a base aliada do Prefeito será destinada a conclusão do Centro da Melhor Idade onde os mesmos se reunirão com a diretoria para discutirem o investimento. Falou que a falta de investimento foi pelo fato que a atual administração pegou o município quebrado e a oposição cobra muitas ações, mas não veem que também erraram no passado. Citou varias edificações com problemas onde que, a atual administração está tendo dificuldade de gerenciar. Garantiu que o Sr. Prefeito juntamente com a base aliada dos Vereadores iram terminar o centro dos idosos, explicou que existe alguns problemas no projeto mas que será resolvido, novamente afirmou que a execução da obra será realizada e detalhou que será pela ação do executivo municipal e aliados, não por emenda de Deputados que só aparecem para pegar o voto

e depois não cumpre o prometido. O Vereador Milton R. da Silva destacou que o requerimento foi de sua iniciativa, compartilhou a afirmação do Sr. Presidente quando destacou que o referido acordo ainda não foi firmado e por esses motivos o mesmo quis destacar o fato em notícia diante de conversas de nobres pares que apontaram favorecimento em valores, de Vereadores que votaram contra a emenda, disse que esses vereadores estão equivocados e estão faltando com a verdade. Esclareceu que os nove vereadores aprovaram o referido projeto diante de instabilidade financeira, pois o município poderia ficar inviável de administrar futuramente diante de sanções oriundas do processo do ICMS, a exemplo lembrou da administração passada, quando a atual assumiu com falta de negativa, por esses e outros motivos o Vereador destacou que não quer ser responsabilizado. Destacou que o acordo em destaque se deu juntamente com os dois executivos e os dois legislativos dos municípios envolvidos, além de vários pareceres jurídicos que acompanharam desde o início o trâmite do processo, desta forma entendeu que o melhor situação para o Município de Rio Bonito do Iguaçú não ser penalizado foi votar a favor do acordo e pensando no bem do município e não usar o voto como trampolim eleitoral. Diante dos fatos o Vereador Milton frisou a necessidade de informar a população dos acontecimentos dentro do legislativo para não deixar que alguns Vereadores usem informações como trampolim para se darem bem. O Vereador Irineu F. Camilo justificou seu posicionamento na questão da divulgação da matéria do acordo, disse que sua pessoa procurou o Sr. Presidente por mais de três vezes para que o mesmo anuncie-se em jornal escrito ou falado o apoio que todos os vereadores tiveram na questão do acordo, disse que o referido projeto é muito importante para a população e certamente seria primordial informa-los. Atribuiu seu posicionamento a questionamentos da população, conforme era questionado o mesmo dava sua versão e tudo baseado em documento. Destacou que o projeto do acordo foi aprovado por unanimidade, pois os vereadores entenderam que era o melhor a se fazer, tanto que explicou que é oposição ao Sr. Prefeito mas sempre votou em favor dos projetos que é benéfico a população. Justificou apenas dois projetos, sendo a criação de uma secretária e outro projeto referente ao jornal oficial, sendo os mesmos de interesse oposto ao município, mas no geral a própria oposição aprovaram todos. Mencionou que divergências haverá entre os parlamentares, pois cada um entende da sua forma, mas cabe cada vereador explicar e informar a população dos acontecimentos dentro da casa de leis que beneficiam a população. O Vereador João L. Bovino complementou as palavras do Nobre Par Irineu Camilo dizendo que os nove Vereadores votaram a favor do acordo entre os municípios, mas que quatro vereadores entraram com uma emenda para se tornar lei com vários itens direcionando a aplicação do recurso, sendo um deles a conclusão do Centro do Idoso. Esclareceu que em votação a emenda foi rejeitada pela maioria dos Vereadores, onde que a mesma estava sendo votada para se tornar lei, objetivando especificamente cada porcentagem da aplicação do recurso. Frisou que Vereadores pronunciaram-se em nome do executivo e se responsabilizando que literalmente irão concluir o referido centro, diante desta afirmação o Vereador frisou que a emenda daria obrigatoriedade ao executivo a realizar as obras, desta forma o mesmo disse que sem a emenda o executivo não tem obrigatoriedade e faz o centro do idoso se quiser, apenas por compromisso e não por obrigatoriedade. Declarou-se ansioso e torcedor da conclusão do centro pedindo para que Deus abençoe o término, mas caso só fique no discurso, o mesmo se disponibilizou de cobrar do executivo caso não cumpra com o prometido e defendido por alguns vereadores. O Vereador Oséias de Oliveira parabenizou o Sr. Presidente pela condução da sessão e destacou o benefício que o referido projeto trará para as comunidades, mas frisou a cobrança de populares onde os mesmos cobram principalmente dos cinco Vereadores que votaram contra a emenda dizendo que obtiveram vantagem financeira para rejeitar o projeto. Disse que as

explicações de certo Par, deve ser mais objetiva e dentro da lei, pois cada vereador não é obrigado a votar onde é mandado e sim para a população que precisa, como exemplo deu a situação dos Idosos. Disse que o Vereador é eleito pra fiscalizar e cobrar e quando foi citado a emenda onde dizia as obras, os centro comunitários e o asfalto, destacou que agora o Prefeito destina o dinheiro onde quiser. Destacou que o próprio jurídico esclareceu está possibilidade, mas para não haver desentendimento entre os poderes, que fosse entrado no bom senso da decisão. Apontou que uma reunião já foi agendada com a representante dos idosos D^a Salete Panassolo para destinar o recurso para o centro dos Idosos, esclareceu que o Sr. Prefeito ainda não iniciou as reuniões nas comunidades pelo fato que o acordo ainda não está definitivamente assinado, preservando os tramites do processo, pois na sua avaliação não pode prometer e depois o recurso não vem. Lamentou-se que as injustiças ocorrem e que muitas palavras não são ditas do coração e as inverdades poderão ser denunciadas no fórum. O Sr. Presidente Anderson de Oliveira esclareceu que não teria o porque colocar em votação o requerimento pois seria o próximo passo a ser tomado por sua pessoa, definiu que tem responsabilidade com todos os Vereadores por ser presidente e é desta forma que segue. Sua decisão de não publicar é tão somente pelo fato de evitar qualquer sanção por parte do município de Saudade do Iguaçu bloqueando o recurso diante de manifestações antecipadas por parte deste Legislativo. O Sr. Presidente informou que o caso do ICMS se arrasta desde mil novecentos e noventa e três e que acordos e resgates de dinheiro foi feito pelo município de Rio Bonito do Iguaçu, mas diante de manifestação popular do município de Saudade do Iguaçu o Tribunal de Justiça foi contestado e os valores retirados por Rio Bonito do Iguaçu retornou a ser cem por cento parte de cobrança de Saudade do Iguaçu. Diante das execuções judiciais, Rio Bonito do Iguaçu perdeu seus recursos e o ultimo acordo foi viabilizado por Saudade do Iguaçu. O acordo proposto foi de três por cento, sendo o mesmo questionado por todos os Vereadores, diante do fato Saudade do Iguaçu propôs cinco por cento, aumentando o valor e isentando qualquer ônus referente a ações judiciais do ICMS ao município de Rio Bonito do Iguaçu. O Sr. Presidente parabenizou a atitude dos nove vereadores que votaram a favor do acordo, pois era a única forma de não trazer prejuízos futuros a arrecadação do município, já que a justiça determinou conforme a lei que o ICMS pertence ao município gerador, no caso Saudade do Iguaçu. Para o Presidente existe mérito dos Vereadores, pois elevaram o valor da porcentagem do acordo trazendo mais recursos para investimentos ao município. Esses fatos fizeram com que a manifestação de sua pessoa tomasse todos os cuidados para se pronunciar, pois o acordo é benéfico a Rio Bonito do Iguaçu e como Presidente da Câmara tem responsabilidades, tranquilizou a todos que após o ato de assinatura e os tramites estiveram concretizados o mesmo dará o pronunciamento escrito e falado. O Vereador Nelço Bortoluzzi solicitou do jurídico da Casa informações referente a questionamentos da população do prazo de recebimento do valor em destaque. O jurídico da Casa Dr. Saviano Cericato esclareceu que prazo legal não há, mas que o município de Saudade do Iguaçu tem objetivo de rever o valor o mais breve possível, tanto que acredita que no momento da assinatura do acordo imediatamente os procuradores de Saudade do Iguaçu protocolarão no Tribunal de Justiça o pedido para as medidas cabíveis. Após os trâmites legais na sua avaliação e não havendo qualquer impasse do Tribunal de Justiça até o final deste ano o dinheiro será resgatado pelo município de Saudade do Iguaçu. Dr. Saviano não soube explicar se o Executivo tomou o cuidado de determinar prazo ao Município de Saudade para que haja o repassa-se do valor acordado no momento do recebimento do mesmo. Mas caso todas as medidas foram tomadas os valores podem chegar aos cofres dos município até o final deste ano. O Sr. Presidente esclareceu que sua participação na emenda foi apenas para objetivar o recurso onde o mesmo entendeu ser mais necessário, frisou que está foi a

sua interpretação somente, mas que cada Vereador tem sua avaliação e cabe cada um responde-la. Disse que se preocupa com o destino do recurso, mas entende que os nove vereadores estão trabalhando para fiscalizar e ajudar a investir onde será de maior prioridade, cabendo a todos está responsabilidade. Colocado em votação. Aprovado por unanimidade, oficie-se como solicitado. Nada mais havendo em matéria de discussão única e votação, passa-se para matéria de primeira discussão e votação. Deu entrada a seguinte matéria: Projeto de Lei nº 018/2015 de autoria do Sr. Prefeito Municipal que Declara Entidade de Utilidade Pública e dá outras providencias. Aprovado por unanimidade encaminha-se para matéria de segunda discussão e votação. Nada mais havendo em primeira discussão e votação, passa os trabalhos da ordem do dia da matéria de segunda discussão e votação. Nada havendo em segunda discussão e votação passa-se para matéria de terceira discussão e votação. Nada havendo na matéria de terceira discussão e votação o Sr. Presidente passa para palavra livre. Dando inicio o Vereador Jucimar Périco esclareceu fatos que o mesmo fui cobrado, disse que mesmo antes do acordo e o recurso estar totalmente aprovado, apontou que Vereadores estiveram em comunidades informando que o Nobre Par havia votado contra o asfalto e outros benefícios para a sua própria comunidade, citou um comentário de uma rede social onde uma professora mencionou que o sonho do asfalto até a comunidade de Linha Rosa havia acabado, também citou que o mesmo vereador falou nas comunidades, que o ex-presidente da casa de leis quando frequentava as comunidades falava mal de vereadores e de outras pessoas. Comparou que a atitude do Nobre Par está sendo a mesma citado por ele, pois está fazendo igual de ir nas comunidades e falando mal de outros vereadores, justificou que no momento que o recurso estiver liberado irão fazer reuniões nas comunidades e provar quem realmente está mentindo. O Vereador Laertes C. Moreira agradeceu a presença de todos e retomou o assunto do financiamento do SEDU, referente ao valor de dois milhões de reais para pavimentação asfáltica, enfatizou a forma de avaliação da oposição referente ao próprio financiamento, pois dizem que apoiam os projetos do executivo, mas que sempre estão questionando o conteúdo apresentado pelo Sr. Prefeito. Falou que independente do financiamento se é de gestões anteriores o da atual, o que importa é o beneficio a população. Apontou que a administração anterior juntamente com ex vereadores que aprovaram o calçamento obtiveram o dinheiro e não aplicaram, comparando com o atual momento, dizendo o porque tanta cobrança em cima do atual prefeito, se o gestor passado não o fez. Destacou que o projeto de campanha será executado não na sua totalidade, mas que sessenta ou setenta por cento será feito. Referiu-se estranho a decisão do Sr. Presidente de mudar a forma de votação entre os Vereadores, pois o mesmo sempre seguia uma forma e na presente sessão mudou a lateralidade da votação, avaliou que a intenção da mudança era pra confundir a votação. Disse que o interesse de solicitar mais prazo para estudo não passa de mentira politica, pois a verdadeira intenção é atrapalhar o resultado e aceitação do projeto, apontou a intenção dos ex prefeitos quando referiu-se na personalidade e na conduta ilibada de cada um, citou o nome do ex prefeito Sr. Leonel dizendo que o mesmo é pessoa boa e honesta, também lembrou da situação de seu irmão o ex prefeito Joel e da situação do ex gestor, comparou a condição em que se encontram cada um deles, deste modo avaliou que as formas de conduzir de cada politico não poderia atrapalhar o desenvolvimento do município mas atualmente está complicado de adequar aos fatos, destacou que seu mandato seria diferente de outros que passaram pela casa de leis, mas as ações não deixaram o Parlamentar agir de outra forma e diante do aglomerado de falácias no meio politico, o Vereador espera que seja esclarecido quem agiu da forma correta. Laertes C. Moreira destacou também a ausência do Sr. Presidente nos eventos que corresponde ao município, pois o mesmo é representante do legislativo e não posicionou-se para tal, cobrou atitude do Sr. Presidente tendo em vista o titulo

de Presidente da Câmara, pois a população cobra e é dever do mesmo representar a Câmara de Vereadores em atos oficiais do município. O Sr. Presidente justificou que os nove vereadores tem sua própria decisão e ideia formada, referiu-se ao fato da logística de lateralidade do início da votação não alteraria a decisão de cada parlamentar, tanto que o resultado foi conforme a maioria decidiu, quanto a sua presença da mesa de honra do lançamento da festa do município o mesmo estava se deslocando ao centro quando o mestre de cerimonia chamou o Vereador Laertes para representar a Câmara de Vereadores, para o Sr. Presidente a decisão foi satisfatória pelo fato do Vereador representa-lo, pois o mesmo o considera-o e automaticamente está autorizado a representa-lo, o Sr. Presidente estendeu o mesmo compromisso para todos os demais Vereadores que se acharem confortáveis em representa-lo, pelo fato que sua consideração e respeito é para com todos e todos tem esse poder e responsabilidade. O Vereador Oséias de Oliveira agradeceu a presença do publico, e destacou um possível endividamento de produtores referente ao PRONAF onde esse recurso afeta diretamente o comercio local, frisou que incentivou uma reunião com todas as entidades que representam os produtores de modo geral para discutirem uma forma de amenizar um processo de inadimplência caso ocorra, destacou a importância de precaver algumas ações, para evitar penalizações futuras. Agradeceu a forma que foi recepcionado pela Secretária de Saúde Sonia Schmitt, onde a mesma deu sua total atenção quando o Nobre Par esteve no Posto de Saúde visitando e fiscalizando, ação que firmou ser de competência da função de Vereador, atribuiu que este trabalho é difícil, pois a população não entende que os Vereadores não tem poder de executar mas apenas cobrar e fiscalizar. O Vereador relatou que foi mal recebido pelo servidor Claudinei quando o mesmo apresentou uma ecografia pedindo preferencia no atendimento, mas o servidor explicou que a preferencias era para gestantes e pessoas em estado mais critico, o Vereador esclareceu que o caso do seu vizinho era delicado, pois o mesmo estava excretando sangue, desta forma o Nobre Par observou a forma de avaliação dos atendentes sendo que a situação que se apresentava era de extrema urgência, declarou que o paciente necessitava prioridade, mas não teve, disse que pagaria a consulta e deferiu cautela ao servidor, pois o mesmo estava ali para trabalhar e atender todos da mesma forma e quando um fiscal do povo pedisse um atendimento de urgência deveria o mesmo ter sido atendido. Esclareceu que atitudes desta forma compromete trabalho de um secretário ou até mesmo do prefeito, pois caso o servidor não simpatize com o seu chefe o mesmo pode atrapalhar um trabalho serio, diante desses acontecimentos o Vereador manifestou-se entristecido pelo ocorrido, declarando que nessas horas é difícil ser vereador, pelo fato que seu clamor no atendimento não foi acatado. Lembrou que foi eleito para atender a população e cuidar dos votos que lhe foi deferido, mas disse que além do voto deve também valer a parceria, pois cada um trabalha e paga seus impostos e tem o mesmo direito independente da classe. O Vereador Daizi Camello agradeceu a presença de todos e afirmou a construção do Centro da Melhor Idade, esclareceu que existem algumas irregularidades no projeto, mas que será sanada. Destacou um fato onde que o ex-prefeito deferiu comentários de sua pessoa cobrando representatividade nas suas decisões, o Nobre Par frisou que independente do lado que se elegeu o mesmo representa os quatrocentos e sessenta oito votos que teve e mais o resto da população do município, pois o fato é que o mesmo está do lado do prefeito e apoiando suas ações, que não precisa se vender para apoiá-lo, pois o Sr. Prefeito confiou na sua pessoa, além, declarou que o ex-prefeito não tem poder de mandar em nenhum politico pelo fato do mesmo não ter no presente momento qualquer mando eletivo em seu favor. O Vereador João L. Bovino cumprimentou o publico presente e destacou o trabalho dos Vereadores e as cobranças que sofrem pela população, disse que todas as ações que os parlamentares fazem dentro da Casa de Leis não são muitas vezes entendidas, estendeu dizendo que

o Prefeito é cobrado, mas afirmou que os Vereadores são ainda mais, pelo fato de estarem mais próximo da população. Deu exemplo do trabalho dos Vereadores na diferença conquistada no acréscimo do valor do ICMS relativo ao acordo proposto pelo município de Saudade do Iguaçú onde que todos os Vereadores solicitaram uma nova proposta, pelo fato que a primeira proposta era de até três por cento, a persistência e o trabalho de todos fez a diferença, conquistando assim de cinco por cento, valor de grande importância já discutida dentro dos anais da Câmara de Vereadores. O Vereador reafirmou que a atitude de todos os Vereadores foi determinante para que o município fosse beneficiado em aproximadamente dois milhões de reais a mais, apenas pedindo os prazos legais e justificando seus interesses em prol da população. Destacou que a emenda apresentada seria para beneficiar a população em diversos setores, a mesma com certa obrigatoriedade através de projeto de lei, lamentou não ser aprovada, entendeu que o Prefeito dará direcionamento e que aplicara o recurso, onde bem entender. O Vereador colocou-se a disposição para ajudar o executivo na aplicação do recurso, disse que não é contra a administração, pois todos os projetos que foram de encontro a população o mesmo votou a favor, frisou que seu interesse é ajudar o município a crescer e sempre estará do lado do povo de Rio Bonito do Iguaçú. O Vereador Milton R. da Silva agradeceu o público presente, destacou a presença do gerente do Banco do Brasil e da sua busca de informação quanto ao público que representa a região que onde Rio Bonito do Iguaçú se localiza, falou da dificuldade de cada produtor e da perseverança de busca da cada um na melhoria de vida. Disse que os gestores tentam manter ações que já foram feitas, apesar dos cortes de investimentos dos governos em todas as esferas, mas creditou ações onde referiu-se que os atuais políticos ao invés de buscarem recursos ficam tentando desestabilizar de forma maldosa intenções boas de pequenas lideranças, que procuram fazer o melhor para seu povo, sua referencia destaca-se tanto a nível federal, estadual como municipal e atribuiu apoio incondicional da Câmara de Vereadores junto ao Banco do Brasil. Avaliou que a Câmara de Vereadores deve ser parceira independente da classe, mas a intenção de políticos como Vereadores que estavam presentes na sessão interferem no andamento das decisões gerais da Câmara, pois transmitem para população fatos que não são verdades, citou que um Nobre Par espalhou conversas dizendo que os vereadores que votaram contra a emenda levaram vantagem financeira para não aprovar a referida emenda. Refletiu dizendo que o dinheiro terá direcionamento, por isso declarou que votou contra a emenda, disse que não admite que outros políticos usem este fato como alavanca para se dar bem, apontou que o Centro do Idoso é prioridade para o executivo, pois foram os nove vereadores que aprovaram e os mesmos nove vereadores podem estar presente para discutir um interesse comum. Esclareceu que foi contra a emenda, pelo fato que teria no documento um valor de repasse de mais de seiscentos mil reais em asfalto para comunidade de Linha Rosa, indagou dizendo o porque que os assentamentos, os bairros da cidade e as comunidades teriam menos prioridades que a comunidade citada, frisou que a necessidade é a mesma em todas as comunidades, citando Centro Novo, Arapongas e Sede. Indagou o direcionamento da emenda apontando o asfalto da comunidade da Linha Rosa, lembrou que o acordo foi aprovado pelos nove vereadores, ao contrario da emenda feita pelos quatro vereadores, disse que não foi convidado a participar da referida emenda. Frisou que a comunidade de linha Rosa já tem calçamento, merecidamente, mas que outras comunidades também merecem atenção e atendimento desse recurso. O Vereador fez referencia no destino do recurso, lembrou que os nove vereadores tem o mesmo poder de ajudar a direcionar o recurso e acredita que o executivo dará um pouco para cada comunidade. Destacou que existe um politico da cidade que não concorda com a aprovação do projeto de financiamento da SEDU, encaminhado pelo executivo, pois o mesmo tem medo que o atual prefeito se reeleja com os feitos desse recurso.

Esclareceu que os maldosos da política não querem deixar as pequenas lideranças crescerem, pois os mesmos tem medo que os pequenos possam mostrar que são melhores e que buscam atender os que mais precisam, desta forma o Nobre Par condena estes políticos, pois os mesmos que já passaram e outros estão exerce seu mandato atualmente, agem de forma contraria ao que anuncia dentro da sociedade, pois na frente da população se mostra de um jeito e por traz é totalmente diferente. Ressaltou dizendo que a população é quem decide se os gestores estão fazendo o certo e cabe a população decidir quem merece ou não continuar no cenário politico, pois quem planta bem colhe bem e quem planta mal colhe mal. O Vereador Irineu F. Camilo agradeceu a presença do publico e esclareceu que o debate é importante para chegar a um entendimento, apontou que as decisões são de cada Vereadores, é o voto de cada um que decide o resultado dos projetos. Compartilhou frases ditas anteriormente por nobres pares, quando refletiram que a decisão dos políticos que realmente trabalham pensando no bem do povo e aqueles que não faltam com a verdade será provada com o voto no dia de eleição, que realmente quem decidirá estas pessoas será a população. Citou a emenda assinada por quatro Vereadores sendo Anderson de Oliveira, Nelço Bortoluzzi, João Bovino e sua pessoa Irineu Camilo, lembrou que minutos antes do inicio da referida sessão a qual teve o processo de apreciação da emenda, o Sr. Presidente convidou todos os Vereadores para assinaram junto a indicação da emenda. O Vereador descreveu a emenda a qual caso tivesse sido aprovada a mesma se tornaria lei e objetivaria o recurso como segue: 18 % dos valores recebidos com pavimentação asfáltica no trajeto compreendido entre LINHA NOVA ate LINHA ROSA; 20% com calçamento (Pavimentação poliédrica) e recapeamento asfáltico; 17 % em obras comunitárias incluindo o centro de melhor idade; 20% em cascalhamento nos interiores e 25% livre destinação por parte do chefe do Executivo, detalhou que as porcentagens atribui aproximadamente ao valor de quatro milhões para mais ou para menos conforme acordo. Para o Vereador a decisão da emenda foi pela avaliação das prioridades e mesmo com alguns direcionamentos a emenda permitia vinte e cinco por cento para o executivo livre, para que o mesmo aplicasse onde achasse necessário. Irineu Camilo avaliou que a indicação feita pelos quatro Vereadores poderia ter ajustes, mas no presente momento foi a medida usada para destinar em lei o recurso, disse que torce para que o executivo aplique o recurso de forma responsável. O Nobre Par justificou a iniciativa da emenda pelo fato que o executivo desde o inicio do seu mandato arrecadou aproximadamente oitenta milhões de reais e certamente a intenção seria compartilhar e responsabilizar em documento a aplicação de um recurso que vem em fonte livre para o executivo. Diante das afirmações de vários Vereadores o mesmo torce que as palavras ditas pelos nobres pares anteriormente os quais defenderam que o executivo será responsável na aplicação do recurso, cumpra e trate com responsabilidade as verdadeiras necessidades da população. Agradeceu o apoio da população e das comunidades que ajudam a cobrar e fiscalizar as ações do executivo, parabenizou o Sr. Presidente pela condução dos trabalhos dentro da Câmara de Vereadores sendo democrático e responsável pelas ações que são voltadas as decisões do município. O Vereador Nelço Bortoluzzi agradeceu o publico presente e esclareceu sua situação no cenário politico, disse que sempre representou da melhor forma seus mandatos e que considera um soldado em defesa da população, frisou a disputa do partido o qual o mesmo está filiado, entende que não tem interesse de atrapalhar e se necessário for, o mesmo pedira transferência para outro partido, pois seu interesse é o bem da população sempre respeitando e trabalhando com seriedade. O Vereador solicitou ao Sr. Presidente o envio de um oficio solicitando atendimento de patrolamento nas estradas que atende a região do Pinhalzinho e Alto Iguaçu, devido a grande dificuldade do escoamento de produtos perecíveis que mensalmente necessitam do uso daquelas estradas. O Sr. Presidente colocou em

votação, sendo o mesmo aprovado por unanimidade. Também o Vereador justificou seu voto na quebra do regime de urgência, disse que é importante avaliar e estudar o resultado de todos os projetos, mas se tratando de financiamento seria muito mais, devido ao comprometimento financeiro que o município tende a firmar e avaliar sua capacidade financeira tendo em vista os prazos e o recesso parlamentar. Lembrou que, no passado em outros mandatos onde o mesmo foi Vereador, também passou pela mesma situação, mas de forma tranquila e responsável votaram um financiamento reduzido e que atendeu da mesma forma a população de Rio Bonito do Iguçu, disse que é importante estudar o projeto para não comprometer o futuro financeiro do município, lembrou que no ano de dois mil e treze a Câmara de Vereadores aprovaram um financiamento para compra de maquinários de um milhão e setecentos mil reais, diante disso cabe sim avaliar e compreender a capacidade de endividamento para evitar decisões erradas, destacou que não é contra o projeto mas é a favor de estudar o projeto com responsabilidade para não prejudicar o município. O Sr. Presidente agradeceu o público presente e destacou sua posição como Presidente da Câmara de Vereadores, disse que não representa o prefeito ou qualquer outro político e sim representa a população de Rio Bonito do Iguçu, afirmou que é Vereadores como todos os outros apenas com a responsabilidade de organizar a Casa de Leis, frisou que cada Vereador tem seu espaço e democraticamente deixa livre para expor suas ideias e seus debates. Falou da importância de discutir e debater o projeto do financiamento de dois milhões, dividido ao conteúdo que o mesmo identificou e pode não ser vantajoso para o município. Esclareceu que existem dois grandes financiamentos vigentes, um aprovado pelos vereadores desta gestão e outro de gestões anteriores, refletiu a questão dos juros e suas formas de cobrança, enfatizou que cabe muita avaliação, pois aprovar um financiamento apenas por achar oportuno, poderá complicar a situação financeira do município. Declarou-se apreensivo diante do projeto e convocou a sociedade, prefeito, secretários e entidades para participarem de uma reunião informal para todos discutirem e decidirem qual é a melhor deliberação para o município. Concluiu dizendo que o seu voto é fruto de sua própria decisão, que não responde por intenções de outras pessoas, que sua posição de Presidente foi legitimada através do voto e trata de forma responsável dando liberdade para todos os Vereadores se manifestarem conforme seus pensamentos tratando democraticamente as decisões tomadas dentro da Casa de Leis. Não havendo mais manifestação o Sr. Presidente declarou recesso parlamentar por trinta dias encerrando a presente sessão convocando todos os Vereadores para a sessão ordinária no dia três de agosto do ano de dois mil e quinze, na sede da Câmara Municipal às dezenove horas. Esta ata foi lavrada por mim, Norberto Carlos Algeri, secretário ad-hoc, que assino com os demais presentes.